

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

## **MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA: RELAÇÕES NECESSÁRIAS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

### ***MEMORY, IDENTITY AND CULTURE: RELATIONS NECESSARY TO THINKING ABOUT PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION***

**Elane Cristine Almeida da Silva, Josina Maria Pontes Ribeiro, Ricardo dos Santos Pereira**

E-mail: elane.profept@gmail.com, josina.ribeiro@ifac.edu.br, ricardo.pereira@ifac.edu.br

Instituto Federal do Acre (IFAC)

Artigo submetido em 05/2021 e aceito em 06/2021

#### **Resumo**

O artigo objetiva apresentar uma discussão teórica sobre memória, identidade, cultura organizacional e cultura escolar, a fim de se pensar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ancorada em uma perspectiva fenomenológica, para a qual convergiu esse levantamento bibliográfico sobre os temas propostos. Como resultado, a constatação de que pesquisar memória e identidade e cultura organizacional é tanto um desafio, quanto uma necessidade para a Rede Federal de EPT, considerando não apenas a sua abrangência como a sua complexidade.

**Palavras-chave:** Cultura Escolar. Memória. Memória Institucional. Identidade; Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

#### **Abstract**

The article aims to present a theoretical discussion about memory, identity and Organizational culture and school culture in order to think about the Federal Network of Professional and Technological Education. This is a qualitative research, based on a phenomenological perspective, to which a bibliographic survey converged. As a result, the realizing that researching of memory, identity and organizational culture is both a challenge and a need for the Federal Network considering not only its coverage but also its complexity.

**Keywords:** School Culture. Memory. Institutional Memory. Identity. Federal Network of Professional and Technological Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), criada em 2008, é composta por 41 (quarenta e uma) instituições, das quais 38 (trinta e oito) Institutos Federais, 02 (dois) Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II. Embora organizadas em Rede, as instituições (algumas recentes e outras centenárias) possuem especificidades regionais e, dessa forma, organizam os eixos estruturantes para ensino, pesquisa e extensão de maneira muito própria.

Trata-se de fato do que se convencionou chamar de “uma nova institucionalidade”, destinada a atender jovens e trabalhadores mediante oferta de educação profissional pública, gratuita e de qualidade. Nesse compromisso, tem autonomia didática e pedagógica para atuar nos diversos níveis e modalidades da Educação Profissional e Tecnológica, desde a básica à pós-graduação, incluindo a formação de professores. Isso resulta na existência de 643 *Campi*, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (professores e técnicos administrativos) (CONIF, 2019). Assim, dada a complexidade dessa rede, torna-se um desafio grandioso preservar a sua memória e, nesse processo, afirmar a sua identidade ou as identidades possíveis, assim como refletir sobre a importância da cultura da escola e na escola.

Para tanto, objetivou-se aqui uma discussão teórica sobre memória, identidade e cultura organizacional ou, mais especificamente sobre cultura escolar, a fim de se pensar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Partiu-se do pressuposto de que o registro da memória de cada indivíduo que trabalha em alguma unidade da Rede Federal, das lembranças sobre as quais ele escolhe falar ou silenciar, podem nos levar ao registro de uma memória coletiva e, na medida em que cada instituição se ocupa de registrar suas memórias coletivas/institucionais, temos não apenas a memória da rede se consolidando na sua vasta complexidade, como também, o fortalecimento dessa identidade da rede e de uma cultura que lhe é própria, a partir das várias identidades e culturais institucionais locais.

O artigo está estruturado em três momentos distintos, de forma que, a princípio, se propôs uma reflexão sobre a memória como objeto de investigação,

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

sendo tal discussão amparada principalmente em BOSI (1987), Ricouer (2007), Candau (2011) e Michel; Michel (2016). Em um segundo momento, buscou-se apresentar uma reflexão sobre a importância do fortalecimento de uma identidade e/ou de identidades na Rede Federal de EPT, considerando entre os autores: Bauman (2005), Bendassolli (2007), Frigotto; Ramos; Ciavatta (2012) e Schiedeck; França (2019). Por fim, com base em Libâneo *et al.* (2012), Carvalho (2012), Medeiros; Torres (2018) e Martins (2019), empenhou-se em ampliar as discussões e introduzir o conceito de cultura organizacional e cultura escolar, a fim de que se possa visibilizar que registrar a história e memória das instituições contribui significativamente para a gestão das instituições, especialmente daquelas que atuam em rede e, portanto, tem maiores desafios nesse processo.

## 2 METODOLOGIA

Esse artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no IFAC/*Campus* Rio Branco, vinculada a linha de pesquisa chamada Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e que, ancorada em uma abordagem fenomenológica, objetivou o registro da memória dos 10 (dez) primeiros anos de existência do Instituto Federal do Acre (Ifac)/*Campus* Rio Branco, sendo o primeiro trabalho dessa natureza sobre a referida unidade da Rede Federal.

Os resultados aqui apresentados referem-se à primeira fase da pesquisa que consta da definição de marcos teóricos sobre memória, identidade e cultura educacional ou escolar na Rede Federal de EPT. Para tanto, empreendeu-se a pesquisa em livros, artigos, dissertações/teses e produtos educacionais, considerando especialmente as plataformas da SciELO, Google Acadêmico, Banco de Teses e Dissertações da Capes e Plataforma Educapes.

A segunda fase da pesquisa implicou em pesquisa documental no âmbito da Reitoria e Ifac/*Campus* Rio Branco, assim como na coleta de histórias de vida tópicas com trabalhadores que vivenciaram os 10 (dez) anos de existência formal do Ifac/*Campus* Rio Branco. O confronto com os dados do levantamento documental aqui apresentado com a pesquisa documental e com os resultados das histórias de vida permitiram a descrição do fenômeno em si, a saber, com o

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

registro da história do primeiro decênio do Ifac/*Campus* Rio Branco. Por fim, a pesquisa convergirá para a elaboração de um produto educacional, a saber, um *E-book*, com registro das memórias sobre gestão, estrutura e funcionamento do Ifac/*Campus* Rio Branco, em especial com as narrativas ou histórias de vida de 08 (oito) docentes remanescentes do primeiro concurso do Ifac que tomaram posse em 2010 e permanecem vinculados ao *Campus* desde então. Especificamente no caso da análise das histórias de vida, considera-se como referência as cinco etapas concretas do método fenomenológico científico (GIORGI, 2014, p. 398), quais sejam: coleta dos dados, leitura dos dados, divisão de dados em unidades, organização e a enunciação dos dados brutos na linguagem da disciplina e, por fim, a síntese ou resumo dos resultados.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1. REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A MEMÓRIA ENQUANTO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Refletindo as últimas décadas do século XX sobre a natureza e tipos de pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais, Candau (2011, p. 9-10) refere-se à existência de uma '[...] onda memorial' e Fischer (2012) destaca que, longe da rigidez dos métodos científicos, consolidados no século XIX, a memória tem sido cada vez mais percebida, inclusive pelos historiadores, como capaz de revelar um passado negligenciado pela história oficial. A partir século XX, a discussão passou a se estruturar de forma científica, ancorada na fenomenologia e não mais voltada apenas aos seus aspectos filosóficos e ontológicos (HOLANDA; GOTO; COSTA, 2017, FISCHER, 2012).

Além de revelar um passado negligenciado, a memória é capaz, ainda, de legitimar o passado vivido, bem como favorecer a construção das memórias sociais, o que inclui além dos espaços de memória físicos (museus, salas memórias, bibliotecas, arquivos em gerais), aqueles criados em espaços virtuais (websites, revistas eletrônicas, *E-books*, entre outros) (MARTINS; AZEVEDO NETTO, 2016).

O processo de rememorar acontecimentos, fatos, experiências vividas ou contadas é natural ao ser humano e é tido, portanto, como atemporal, uma vez que a contemplação de um fenômeno no presente pode trazer elementos que

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

inexistiam no passado ou que não eram plenamente percebidos. Assim, são os fragmentos da memória, das lembranças e, também, do esquecimento que formam a memória individual e também a coletiva (RICOUER, 2007).

Em todos esses achados, observou-se que a memória é considerada como composta por lembranças que, associadas ao mesmo acontecimento amplia-se para as experiências que deixam de ser individuais e passam a ser coletivas. “Na verdade, precisamos das lembranças de outras pessoas tanto para confirmar as nossas próprias quanto para lhes dar continuidade” (LOWENTHAL, 1998, p. 81). Desse modo “[...] a memória é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutre mutualmente” (CANDAU, 2011, p. 9), pois “[...] tanto a memória quanto a história não são neutras. A subjetividade existe em ambas” (GOMES, 2016, p. 55).

É preciso considerar, portanto, a diferença clara entre memória e história, tal como consta:

A memória e a história estão longe de serem sinônimos e é preciso que se tome consciência de tudo o que as opõe. A memória é a vida, sempre produzida pelos grupos que vivem e sob esse aspecto, está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e frequentes reutilizações. A história é a reconstrução sempre incompleta e problemática do que não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente eterno; a história uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Nesse contexto, a memória é entendida como uma construção contínua, através de mecanismos orais e escritos e que passa por transformações a partir das experiências recordadas. Para Castro e Souza (2011, p. 04) “[...] o fator histórico terá o seu valor como verdade quando o passado for apreendido como movimento que se manifesta enquanto imagem presente”. Quando catalogados “[...] os eventos passados com eventos do presente, a memória é, com efeito, parte integrante dos mecanismos de atribuição de significado próprios de uma cultura” (PERALTA, 2007, p. 15).

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

Le Goff (1990) destaca que o estudo das ciências sociais sobre a memória causou grande transformação no modo de compreendê-la, principalmente após a década de 1950, com o sociólogo Maurice Halbwachs. Esse exercício iniciado por historiadores e antropólogos, observou, por exemplo, que a coleta de história de vida estaria mais voltada mais para a percepção de indivíduos que não estavam ligados a classe dominante e, portanto, ampliavam as discussões para além da história oficial já registrada.

Assim, se colocou um leque de oportunidades ao campo das Ciências Sociais, posto que registrar a memória passou a ser, também, um objeto de poder. Os apontamentos da memória tornam-se, portanto, imprescindível para a “[...] identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1990, p. 476).

Para Gomes (2016, p. 51-52), a partir da década de 1970, com o surgimento da “Nova História”, também começaram a ganhar destaque as memórias e histórias coletivas, especialmente de grupos que não estavam do centro das atenções historiográficas. Passou a ser recorrentes nas pesquisas “[...] a história vista de baixo, a história das mulheres, a micro-história e a história oral, possibilitando que a cultura popular recebesse maior atenção por parte da academia”.

A premissa de que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado coletivo e que essa memória é indissociável da manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais (PERALTA, 2007, p. 07).

Contudo, há que se reconhecer que realizar registros dessa natureza é uma tarefa complexa, por exigir que o pesquisador alie sensibilidade e rigor metodológico. Ocorre que, compreender a memória como representação presente das construções do passado implica em não rememorar exatamente as lembranças ocorridas, uma vez que o passado não é uma ação estagnada, mas diacrônica, o remete a existência de memórias dubitáveis sobre alguns fenômenos. De fato, lembrar-se de algo é sempre caracterizar um passado vivido ou contado como uma recordação, reconhecer algo importante ocorrido no

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

passado e, nesse sentido, pode-se afirmar que fragmentos de lembranças são o que permite a formação da memória individual e coletiva.

Pesquisas que contribuam com o registro de memórias, seja individual ou coletiva, precisam buscar algo para além do resgate de lembranças do passado, das experiências vividas ou informadas, ou do processo de esquecimento/silenciamento (RICOEUR, 2003).

Mais do que isso, precisam considerar que se está lidando com subjetividades que por sua vez são reveladoras de uma identidade em construção. O processo de memorização deve ser capaz de criar percepções sobre acontecimentos, a partir de um olhar do presente sobre o passado com vistas proposições de ações futuras e, desse modo, a memória, segundo Bosi (1979, p. 09) vai aparecer “[...] como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”. A memória é, por conseguinte, “[...] nosso último referencial na busca pelo que um dia se passou, por um acontecimento que tenha sido uma realidade num momento pretérito” (CORÁ; VIEIRA, 2011, p. 88).

Nesses termos, o pesquisador não deve analisar a memória como objeto, mas como um sujeito-objeto, que possui conhecimento e criticidade da ação social em que está envolvido ao longo da história (SANTOS, 2012a). Mais do que isso, é preciso considerar, ainda, que a memória, uma vez formada, transcende ao tempo, já que é capaz de adquirir novos significados no presente (RICOEUR, 2007).

A memória, seja individual ou coletiva, é sempre uma memória social, uma vez que se constrói em sociedade (CANDAU, 2011) e, nesse sentido, ao pesquisar sobre a mesma é necessário considerar que as experiências sociais são relevantes para o seu estudo, pois possuem dimensões ideológicas do passado.

Nesse processo, há que se perceber que ao mesmo tempo em que há a manutenção de valores gerais, tidos como verdade, existe a ação fenomenológica de compreender o passado de uma forma subjetiva (SANTOS, 2012a).

Desta forma, a recordação coletiva (de um grupo social), a partir de experiências vivenciadas, destaca a importância da memória social, agrega diferentes passados em torno de uma lembrança comum e, ainda, traz

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

significações do contexto simbólico cultural e social que o indivíduo está inserido (PERALTA, 2007).

Nesse processo, as recordações precisam ser tratadas com a sensibilidade que lhe é devida e podem ser apreendidas tanto através da oralidade quanto pela escrita e, seja qual for o caso, não deve haver prejuízo de informações repassadas, considerando as lembranças, fragmentos da memória do grupo inserido na proposta (LE GOFF, 1990).

Em sociedades que expressam a memória coletiva através da oralidade, tal mecanismo considera a influência das famílias dominantes e o conhecimento tácito. A escrita, por sua vez, ocasiona uma verdadeira mudança nos hábitos da memória coletiva, posto que traz a “[...] oficialização de uma memória colectiva deliberadamente desenhada para simbolizar a unidade nacional” (PERALTA, 2007, p. 09). O fluxo da memória até a escrita considera, portanto, a afirmação da lembrança de alguma memória que é transporta para a escrita, o que a torna documental, fonte de arquivo e estática (SANTOS, 2013). “Dessa forma, representação em história, consubstancia o presente de uma coisa ausente” (SANTOS, 2012a, p. 06).

Notadamente a partir da década de 1990, Meneses (1992, p. 09) destaca importância da memória como ação política, quando “[...] fala-se de memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da Constituinte e do partido, memória da cidade, do bairro, da empresa, da família”. No enfrentamento entre dominados e dominantes, destaca-se, também, a possibilidade de uso da memória coletiva em favor de quem exerce maior poder, ou melhor, sobre a manipulação da memória social e coletiva no tempo e na história (LE GOFF, 1990). Coube, então, as Ciências Humanas uma honrosa contribuição no que se refere ao registro de memórias individuais e coletivas, trazendo reflexões sobre esquecimento, silenciamento e escolha de lembranças a serem compartilhadas dentre o possível repertório existente em cada indivíduo.

Para Catani (1998), a memória comparece como fenômeno a ser investigado, quer nas várias dimensões da história individual, quer na constituição, sacração e recuperação de uma história coletiva. Observa-se um consenso entre os autores pesquisados sobre o fato da memória ser uma reconstrução do passado, assim, é comum ver-se trabalhos em que se restauram lembranças tanto individuais, quanto coletivas. As memórias narradas

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

se configuram de forma atemporal “[...] cujas divisões estabelecidas socialmente situam-se entre as datas que somente fazem sentido porque são compartilhadas historicamente” (SCHIEDECK; FRANÇA, 2019, p. 30).

É, pois, a interação entre membros de um determinado grupo social que estabelece as costuras necessárias à construção de uma memória coletiva, revelando nesse tecido as uniformidades, diferenciações, os desgastes e remendos realizados ao longo do tempo (BOSI, 1979). Isto posto, as reflexões feitas até aqui não esgotam a temática, mas lançam luz sobre a importância de se discutir sobre memórias individuais e coletivas e sobre a importância delas para a identidade ou identidades possíveis na Rede Federal de EPT.

### 3.2 MEMÓRIA E IDENTIDADE(S): UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA PARA SE PENSAR A REDE FEDERAL DE EPT

Para Alberti (2005, p. 167) a memória de um grupo está diretamente atrelada à construção de sua identidade, sendo “[...] o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de experiência, isto é, de identidade”. A esse respeito Pollak (1989, p. 09) destaca que o através da memória ocorre o fortalecimento da identidade, “[...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”.

Também para Candau (2011, p. 16-17) a memória fortalece a identidade individual e coletiva, de tal forma que, quando se restitui a memória até então desaparecida de um indivíduo ou do grupo, está se devolvendo a sua própria identidade. Logo, “[...] o trabalho da memória atua na construção da identidade do sujeito, é o ‘trabalho de reapropriação e negociação que cada um deve fazer em relação ao seu passado para chegar a sua própria individualidade’”. Ainda para o referido autor, o efeito da memória é proporcional a sua força e, nestes termos, é possível reconhecer memórias fortes e fracas, sendo que estas têm efeito na estruturação de um grupo. Sobre o assunto, Candau (2011, p. 44-45) destaca:

[...] Uma memória forte é uma memória organizadora, no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo

e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade, quando essa memória é própria de um grupo extenso, falarei de uma memória organizadora.

Denomino memória fraca uma memória sem contornos bem definidos, difusa e superficial, que é dificilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos cuja identidade coletiva é, por esse mesmo fato, relativamente inatingível. Uma memória fraca pode ser desorganizadora no sentido que pode contribuir para a desestruturação de um grupo.

Segundo Silva (2016, p. 38) “[...] o que não pode ser lembrado inviabiliza o pensamento, logo, inviabiliza a reflexão”. Nesse sentido, destaca-se que a memória de instituições, ao resgatar experiências e vivências dos indivíduos de determinado local de trabalho, pode ser considerada um instrumento que preserva as experiências individuais e coletivas, que traz à tona informações que sempre podem ser utilizadas para estruturação e fortalecimento de um grupo, inclusive para que se identifique a representação do grupo sobre sua própria identidade.

Logo, do ponto de vista da gestão, mais do que estruturar o grupo, o registro da memória coletiva é capaz de auxiliar a minimizar erros, ajudar a superar desafios ou reconhecer planejamentos ineficazes do passado. Michel e Michel (2016, 126) compreendem que o registro da história de uma organização deve relatar: “[...] os fatos e falas sobre os personagens que fazem parte da trajetória de determinada organização, por meio do atributo seletivo da memória, trazendo os elementos referentes à memória coletiva quanto às organizações”.

Nesse sentido, algumas instituições e, em especial o Museu da Pessoa compartilham práticas, conceitos e princípios para incentivar diferentes comunidades e organizações a registrar, com o rigor metodológico necessário, as suas memórias e (re) construir sua história. Chama-se de Tecnologia Social da Memória, o conjunto de conteúdos e ferramentas partilhados para esse fim, sendo organizado a partir de três etapas fundamentais, a saber: a construção, organização e socialização de histórias individuais, que se relacionam e colaboram com a construção de histórias de grupos/instituições (coletivas). Os que trabalham com tecnologia social da memória compreendem que:

Ao reconhecer a construção e a organização das histórias como meio de fortalecer a identidade e a coesão do grupo e de ampliar

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

a compreensão de mundo, ela pode se tornar instrumento de diagnóstico local e planejamento de ações. Antes de investir em uma nova ação, é considerada a experiência de vida das pessoas. As próprias políticas públicas – seja na área de moradia, educação ou saúde – podem incorporar a prática de ouvir os saberes e sonhos da população envolvida antes de deliberar um novo projeto (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 90).

Compreende-se, portanto que a leitura atenta dos autores e instituições citadas até aqui converge para a necessidade do registro de memórias (individuais e coletivas) e também para o fortalecimento de identidade ou identidades possíveis, o que parece bastante salutar para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, composta por 41 instituições (38 Institutos Federais, 02 Centros Federais e o Colégio Pedro II).

Ocorre que cada uma dessas instituições possui sua história, e particularidades, experiências vivenciadas a partir do processo de regionalização e também de construção de uma cultura organizacional específica, resultado das inúmeras identidades e culturas partilhadas em cada um dos seus *Campi* (SCHIEDECK; FRANÇA, 2019).

Como complicador para o fortalecimento da identidade através da memória, precisa-se considerar que, para Bittencourt (2011), a palavra identidade deve sempre ser utilizada no plural pois “[...] indica que existem outras identidades em jogo: identidade individual, social, étnica, de gênero, de idade, regional”. Frigotto, Ramos e Ciavatta (2012), destacam ser a memória fragmentada e a identidade do indivíduo se organiza a partir desses fragmentos. Nesse sentido, é cada vez mais desafiador fortalecer a identidade individual e sobretudo a coletiva, uma vez que “[...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (HALL, 2006, p. 12-13). Esse o caráter flutuante da identidade decorre, dentre outros fatores, segundo Bauman (2005, p. 11), “[...] do colapso do Estado de bem-estar social causado pela insegurança e flexibilidade no local de trabalho”.

Nesses termos Bendassolli (2007, p. 227) entende a “[...] identidade como uma narrativa construída ao longo do tempo de vida de um indivíduo”. A identidade surge quando as pessoas passam a se identificar como indivíduos em sua totalidade e não apenas como parte de um grupo ou comunidade que segue

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

as mesmas regras e hábitos coletivos. Para o referido autor, existem quatro dimensões da narrativa identitária: a) narrativa ontológica: a busca para saber quem se é, o motivo de fazer as coisas e como fazê-las e para quê; b) narrativa pública: legitimação de ações individuais postas em algum grupo no qual o sujeito se sinta fazendo parte das experiências cotidianas; c) narrativa conceitual: explicações dadas por cientistas sociais para explicar os fenômenos cotidianos; e d) metanarrativa: a busca por outras narrativas para construir sua identidade, principalmente buscando elementos atribuídos a modernidade.

Tanto para Bendassolli (2007, p. 221), quanto para a Bauman (2003, p. 18), a identidade se contrapõe e concorda com o conceito de comunidade quando surgida mesmo dentro de um grupo específico, que possua costumes e características que integrem uma coletividade, mas onde os indivíduos possuam a necessidade de conhecer o mundo exterior. Nesse processo, a comunidade sempre é frágil, pois não está engessada e pode sofrer alterações externas e internas.

O paradoxo, contudo, é que para oferecer um mínimo de segurança e assim desempenhar uma espécie de papel tranquilizante e consolador, a identidade deve trair sua origem; deve negar ser 'apenas um substituto' — ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir. A identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos (BAUMAN, 2003, p. 20).

Segundo Carvalho (2012, p. 209), “[...] as identidades estão intimamente vinculadas à classe social, gênero, etnia, raça, sexualidade, idade além de outras categorias presentes nas relações sociais”. Ocorre que durante o seu processo de construção, o indivíduo acaba tendo acesso a um número significativo de outros discursos, fazendo com que se identifique ou não com as informações coletadas e isso colabora na formação de sua identidade individual e na aceção das comunidades a que se percebe enquanto integrante.

A escola para Ramos (2014, p. 352) “[...] pode ser entendida como fenômeno que guarda em si uma dada essência, ou melhor, uma identidade”. Talvez esse seja o grande desafio das instituições, sobretudo das que atuam em rede, a saber, destacar a identidade e autonomia de cada um e, ao mesmo

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

tempo, reforçar o pertencimento ao todo. Logo, tal como em outras áreas as instituições que trabalham com a Educação Profissional e Tecnológica precisam encontrar meios que equilibrem gestão e o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para Bendassolli (2007, p. 226), na modernidade “[...] a identidade torna-se plural: não existe apenas uma única identidade, soldada a um sujeito dominante, mas várias e, no limite, nenhuma”. Assim, o indivíduo passa a organizar a questão identitária durante sua vida, relacionando-se com o coletivo nas formas que mais se sente confortável, isso inclui os grupos/comunidades que se conectam durante curtos ou longos períodos, a partir de suas diversas dimensões: sociais, culturais, históricas, profissionais, entre outras. Dentre as identidades adquiridas durante a vida, encontra-se a profissional, ou seja, a identidade organizacional. Nesse processo, o sujeito passa a relacionar-se com outros e a criar aspectos comuns ao ambiente de trabalho. Esse desenvolvimento de respeito às diferenças e conformidades em um mesmo ambiente, propicia o que conceitualmente chama-se de cultura organizacional que, em sendo adquirida, torna-se responsável pelo sentimento de pertencimento ao grupo.

### 3.3 CULTURA ORGANIZACIONAL E CULTURA ESCOLAR

Carvalho (2012) destaca a pluralidade cultural encontrada no ambiente escolar e como essa colabora na descoberta e construção das identidades dos indivíduos, tanto alunos, quanto docentes e equipe técnica. É justamente nesse contexto que identidades perpassam, de forma que identidades coletivas e individuais “[...] resultariam de um entrecruzamento de vetores sócio-culturais mais abrangentes” (CARVALHO, 2012, p. 213), tornando necessária uma reflexão mínima sobre a cultura, cultura organizacional e, mais especificamente sobre cultura educacional/escolar.

Conceituar cultura é algo desafiador, por ser um tema amplo e complexo, de forma que aqui considera-se cultura como tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo, nação ou grupos no interior de uma sociedade. É uma construção histórica, um legado comum de toda a humanidade. Deve-se se conhecer as práticas culturais para que as mesmas façam sentido em seus costumes, concepções e transformações (SANTOS, 2012b).

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções, como por exemplo se poderia dizer da arte [...] cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social, e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros (SANTOS, 2012b, p. 37).

Então é preciso reconhecer a importância de se estudar cultura nas organizações, assim como a cultura das organizações. Especificamente sobre cultura organizacional, sabe-se que já existem inúmeros trabalhos no campo das ciências sociais aplicadas, sobretudo na área de Administração e, nessa área específica, “[...] a cultura organizacional é uma ferramenta essencial para o sucesso, pois esta define a missão e provoca o nascimento e estabelecimento dos objetivos da organização” (ARAÚJO, 2009, p. 352). Entrementes, para maior aprofundamento da discussão vale a diferenciação entre cultura e cultura organizacional desenvolvida por Libâneo *et al.* (2012, p. 439; 441):

A cultura é um conjunto de conhecimentos, valores, crenças, costumes, modos de agir e de comportar-se adquiridas pelos seres humanos como membros de uma sociedade [...] Cultura organizacional pode, então, ser definida como o conjunto de fatores sociais, culturais e psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e o comportamento das pessoas em particular.

A cultura organizacional, segundo Araújo (2009) destaca-se como o núcleo da identidade organizacional e a sua compreensão implica em identificar o que move as ações dos sujeitos em seus locais de trabalho. Quando se compreende a cultura organizacional de uma instituição, identifica-se as motivações das ações dos sujeitos em seus locais de trabalho. Para Certo (2003), normalmente as tradições desenvolvidas com o tempo permitem que os trabalhadores saibam exatamente o que se espera deles e, portanto, organizam suas ações a partir disso.

Desse modo, compreende-se que a cultura organizacional interfere, portanto, na atitude de todos os envolvidos no seu local de trabalho, podendo ter muitos resultados positivos em toda a coletividade, quando bem gerenciada pelo gestor, pois “[...] outro fator importante que influencia a eficiência do trabalho em

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

grupo é a coesão, uma vez que um grupo mais coeso tenderá a ser mais efetivo” (CERTO, 2003, p. 385).

Ao se falar sobre cultura organizacional, é preciso considerar, contudo, que o ambiente em que se dão as relações sociais não é inflexível, uma vez que o mesmo é organizado a partir de pessoas diferentes em suas práticas e valores. “É preciso compreender que a cultura de uma organização está sempre sendo aprimorada, a fim de acompanhar as transformações do ambiente em que está inserida, não podendo ser considerada algo tão rígido” (ARAÚJO, 2009, p. 315). Para o autor supracitado, a cultura de uma organização é formada e aprimorada por elementos objetivos e subjetivos, de forma que mudanças graduais na cultura organizacional contribuem para a manutenção da identidade do grupo e são eficazes para melhorar o local de trabalho e criam vínculos de efetividade entre os seus membros, levando em consideração o elo profissional.

Nesse sentido, Andrade e Amboni (2011, p. 160) caracterizam o funcionamento de uma organização através de quatro tipos de cultura: a) Cultura do poder que depende de uma fonte central de poder e influência com raios que se difundem a partir de uma liderança específica; b) Cultura de papéis, o que corresponde à burocracia; c) Cultura de tarefa, sempre centrada no trabalho ou em projeto específico; e d) Cultura de inovação, na qual a criatividade é estimulada pela organização.

Chiavenato (1999) e Araújo (2009), discorrem que a cultura organizacional pode ser classificada como adaptativa ou passível de mudanças e inovações, e não-adaptativa ou voltada mais para rigidez e conservadorismo, sendo o meio termo entre as duas classificações apresentadas o ideal para garantir o sucesso de uma organização. Todavia, utilizar autores do campo da administração para pensar políticas públicas parece um tanto contraditório, por se considerar que educação não se restringe a negócio e burocracia e está permeada por questões simbólicas e culturais.

Assim, o termo “cultura escolar” surge, portanto, como desmembramento do conceito da cultura organizacional, a partir da década de 1970, sobretudo porque visualizou-se que este não abrangia, entre outras coisas, as dimensões simbólicas e socioculturais que eram vivenciadas no contexto educacional. A cultura escolar “[...] se refere aos modos particulares de trabalhar, interagir, de

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

agir e de pensar que orientam as práticas cotidianas e expressam o ‘modo de ser particular’ da escola, ou seja, sua identidade” (MARTINS, 2019, p. 22).

Para Medeiros e Torres (2018) a principal diferenciação entre a cultura organizacional relacionada as ciências administrativas e a cultura escolar está no fato desta última não está voltada para os mecanismos naturais de um trabalho competitivo como ocorre nas empresas, e sim, de uma compreensão maior acerca da dimensão simbólica cultural existente no ambiente do ensino. Cada instituição educativa é responsável tanto pela cultura externa – as identidades individuais de todo o seu corpo (discente, docente e técnicos) – quanto pela cultura interna que ela passa a produzir a partir do contato com essa totalidade de infinitos particulares.

É certo que a escola possui muito mais em sua estrutura organizacional do que apenas repassar conteúdos determinados pela burocracia. É no íntimo da escola que o contato com individualidades tão diferentes faz emergir os valores simbólicos de aceitação e responsabilidades indagadas que se tenha em um grupo coeso e social. A clareza sobre a temática está em ter consciência que não existe homogeneidade nos grupos escolares, cada um possui suas particularidades baseadas em sua realidade local e nas identidades que nela se encontram. “Destaca-se a *cultura organizacional escolar* como aquela que vislumbra diferentes perspectivas acerca das relações de força e interesses no interior da organização” (MEDEIROS; TORRES, 2018, p. 247).

O conjunto simbólico formado pelas subjetividades dos indivíduos que formam uma organização é responsável pelo modo de agir e pensar coletivo e, desse modo infere-se que “[...]a bagagem cultural dos indivíduos contribui para definir a cultura organizacional da organização de que fazem parte” (LIBÂNEO *et al.*, 2012, p. 440). Logo, torna-se importante lembrar “[...] que em interações sociais os indivíduos chegam a compartilhar práticas, representações, crenças, lembranças, produzindo assim, em uma determinada sociedade, aquilo que chamamos de cultura” (CANDAU, 2011, p. 11). Em contraposição, Minicucci (2013, p. 216) esclarece que quando há “[...] a falta de contato humano, disponibilidade de diálogo entre a equipe de uma organização”, isso desestimula o servidor, o que pode causar ranhuras no andamento das atividades.

Nesse sentido, é necessário observar sempre as interações sociais vividas e experimentadas na organização, pois dessa vivência podem ocorrer

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

conflitos, interesses diversos e divergências que são capazes de atrapalhar o interesse coletivo, como a criação de uma identidade própria e relações positivas de nível social e cultural. Desta forma, é desafio constante do líder saber gerir a equipe, compreendendo a individualidade de cada membro e buscando sempre manter uma relação harmoniosa.

Libâneo *et al.* (2012, p. 439) destacam a importância da cultura organizacional e buscam “[...] compreender a influência das práticas culturais dos indivíduos e sua subjetividade sobre as formas de organização e de gestão escolar”. Compreendem a cultura organizacional de uma escola como o ponto de ligação entre as áreas da organização e gestão escolar, a partir do qual se estabelecessem o projeto-pedagógico-curricular, currículo, gestão, desenvolvimento profissional e avaliação.

Para Carvalho (2012, p, 215), “[...] cada escola deveria ser considerada como um ecossistema, como uma comunidade de organismos (corpos docente, discente e administrativo), relacionando-se entre si e com o meio social”. A escola é muito mais que uma estrutura engessada que apenas repassa conteúdos, programas pré-estabelecidos durante os dias letivos, uma vez que pode ser considerada um nicho cultural que recebe, de forma heterogênea, diversos indivíduos que possuem características específicas e que buscam harmonia nos relacionamentos estabelecidos no ambiente escolar. Logo, a escola assume um ponto fundamental na colaboração desse processo de descoberta, mesmo cada uma tendo estrutura e funcionalidade particulares.

Trata-se de um organismo capaz de gerar significações e interpretações que perduram por um longo tempo. Assim, durante o processo de construção das identidades, o indivíduo acaba tendo acesso a um número significativo de outros discursos, o mesmo se reconhece ou não com as informações coletadas e isso colabora na formação de sua identidade individual e na aceitação das comunidades que se percebe enquanto integrante.

Ao refletir sobre o caso das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Martins (2019) destaca que, embora as instituições possuam especificidades próprias estão interligadas através de relações identitárias. Cada *campi* possui suas próprias histórias, memórias e identidade, ao mesmo tempo que possuem uma ligação com os mesmos organismos de sua natureza na constituição da Rede Federal.

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

Silva *et al.* (2020) destacam como pontos desafiadores nas instituições de ensino a necessidade para se ter identidade institucional que está sempre interligada a cultura escolar “[...] às interações coletivas, às experiências, a administração dos conflitos, o clima organizacional, os interesses e divergências que podem interferir negativamente” (SILVA *et al.* 2020, p. 39441). Evidenciam, ainda, que para obter os dados referentes a cultura organizacional escolar dos Institutos Federais, o servidor ingressante deve ter acesso e conhecer toda a contextualização histórica da Educação Profissional que remete há mais de cem anos no Brasil, suas modificações na legislação, dualidades, reestruturações até a criação da Rede Federal em 2008.

Portanto, é de grande importância conhecer a constituição da cultura organizacional, sendo que é através dela que se renovam e criam as relações de interação, e se mantem o ideário institucional, tais elementos possibilitam ao servidor sua permanência, êxito nas ações educativas, avanço nas aprendizagens e compreensões compartilhadas do todo que forma organização. Nessa perspectiva, é crucial o investimento no aprimoramento da cultura escolar, como condição para a melhoria do desempenho de seus servidores e conseqüentemente para a qualidade do ensino. (SILVA *et al.* 2020, p. 39451).

Trazer à tona a Educação Profissional e Tecnológica e seus principais desafios e conquistas, bem como, reconhecer mediante a memória de seus membros a identidade e cultura organizacional/escolar, não apenas favorece o sentimento de pertencimento com o espaço entre os membros da comunidade acadêmica, como também permite uma maior reflexão sobre a Instituição.

#### 4 CONCLUSÕES

As reflexões até realizadas evidenciam que é bastante desafiador o registro de memórias individuais ou coletivas sobre determinadas instituições, sobretudo no caso da Rede Federal de EPT, que se constitui a partir de uma contextualização histórica tão abrangente e ao mesmo tempo heterogênea. Tanto quanto desafiador, o registro da memória de uma instituição se faz necessário, uma vez que a memória fortalece o elo com as identidades que se constroem (individuais e coletivas) e, por sua vez, evidencia a cultura organizacional, entendida como o modo de trabalhar, pensar e agir das

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

instituições, suas estruturas e particularidades que são, por assim dizer, fundamentais para a organização e gestão escolar.

Do ponto de vista da gestão, talvez esse seja o grande desafio das instituições, sobretudo das que atuam em rede, a saber, destacar a identidade e autonomia de cada uma e, ao mesmo tempo, reforçar o pertencimento ao todo, destacar a cultura que é própria a cada uma e, ao mesmo tempo possibilitar que em cada uma das instituições se reconheçam traços de uma cultura da rede.

Nesse sentido, pesquisar sobre memória, identidade e cultura está para além da importância dos registros, uma vez que que permite aos membros de um grupo e, nesse caso da Rede Federal de EPT, o conhecimento sobre seus costumes, tradições, processos, fluxos, relações de poder e comportamentos esperados e, assim sendo, permitem que os membros das instituições e as próprias instituições, no caso de uma rede, possam corresponder ao que se espera dele/delas.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **“Histórias dentro da História”**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. AMBONI, Nério. **Teoria Geral da Administração**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- ARAÚJO, Luís César Gonçalves. de. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios – Insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1979.

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Mauro. A construção da identidade no espaço escolar. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 1, jan. jun. 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/2161/2521>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CASTRO, Junior César Ferreira de. SOUZA, Jamesson Buarque de. Fenomenologia da memória: um campo de investigação literária. **Anais/Resumos da 63ª Reunião Anual da SBPC**, 10 a 15 de julho de 2011. UFG – Goiânia – GO. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-junior-cesar-ferreira.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

CATANI, Denice Bárbara. Memória como questão no campo da produção educacional: uma reflexão. **História da Educação**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 119-129, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30693>. Acesso em: 16 out. 2018.

CERTO, Samuel C. **Administração Moderna**. 9. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **Histórico do CONIF**. 2019. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/rede-federal/historico-do-conif>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CORÁ, Elsie José; VIEIRA, Allan J. O olhar fenomenológico de Paul Ricoeur sobre a memória. **Tabulae - Revista de Filosofia** – Faculdade Vicentina. Ano 6 - n. 11 - jul-dez de 2011. São Francisco, Curitiba, 2011.

FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt (Org.). Tempos de escola – Memórias. São Leopoldo: **Oikos: Líber Livro**, (v. I, II e III). Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&pid=S1413-2478201500020038300052&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1413-2478201500020038300052&lng=en). Acesso em: 16 out. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise Nogueira; CIAVATTA, Maria. (orgs.). **Ensino médio integrado - concepção e contradições**. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MUSEU DA PESSOA. **Tecnologia Social da Memória: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias**. São Paulo: ABRAVIDEO. Fundação Banco do Brasil, 2009.

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

GOMES, Marta Taets. **Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento**. 2016. 97f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2016.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, Adriano Furtado; GOTO, Tommy Akira; COSTA, Ilene Izídio. A Herança Fenomenológica: Memórias e Recordações de Edmund Husserl. **Revista Ética e Filosofia Política** (UFJF). v.20, n.1, p. 18-46, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/eticaefilosofia/article/view/17610>. Acesso em: 06 mar. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo, v. 17, p. 63-201, nov. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 06 mar. 2020.

MARTINS, Eliane Epifane; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Instituições-memória e as práticas de preservação da memória social na cidade de Belém/PA, Brasil. In: **XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. (XVII ENANCIB), Salvador. Anais. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3526?show=full>. Acesso em: 10 out 2018.

MARTINS, Ana Paula Araújo. **Princípios norteadores da EPT presentes na cultura escolar: um estudo de caso no IFG – Campus Itumbiara**. 2019. 135f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica PROFEPT). Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos. Goiás. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/648>. Acesso em: 04 ago. 2020.

MEDEIROS, Jássio Pereira de; TORRES, Leonor Lima. Relações entre cultura organizacional e trabalho docente no Instituto Federal do Rio Grande do Sul. **Roteiro**, Joaçaba, edição especial, p. 241-272, dez 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 34, 1992, p. 9-24. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>. Acesso em: 06 mar. 2020.

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

MICHEL, Margareth de Oliveira; MICHEL, Jerusa de Oliveira. A Memória Institucional – Santa Casa POA/RS. **Conexões Culturais** – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura. Foz do Iguaçu, v. 02, nº 01, p. 122-130. 09 mar. 2016. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/72/86>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MINICUCCI, Agostinho. **Relações humanas: psicologia das relações interpessoais**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. v. 10, p. 7-28. São Paulo, 1993.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: Uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**. Antropologia, Escala e Memória. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Lisboa, nº 2, p. 04-23, 2007. Disponível em: [http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02\\_Elsa\\_Peralta\[1\].pdf](http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf). Acesso em: 04 ago. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 06 mar. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. Coimbra: AnnaBlume, 2012a. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/38339/1/Memoria%20coletiva%20e%20teoria%20social.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012b. Coleção Primeiros Passos; 110.

SANTOS, Thais Helen do Nascimento. A memória, a história, o esquecimento. **RACIn**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-8, Jan.-Jun, 2013. Disponível em: [http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v1\\_n1/racin\\_v1\\_n1\\_resenha01.pdf](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v1_n1/racin_v1_n1_resenha01.pdf). Acesso em: 04 ago. 2020.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. A concepção dos Institutos Federais e seus atores sociais: a história narrada por trás da história. **Amazônica** – Revista de Antropologia na Universidade Federal do Pará. Belém, v. 11, nº 1, p. 17-35. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/6612>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. 2, Ano 2021

SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. Relações entre fenomenologia e memória: possíveis reflexões sobre a exclusão social em bibliotecas públicas. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 7, n. 1, p. 29-42, mar./ago. Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/108454>. Acesso em: 16 out. 2019.

SILVA, Francislene Rosas da; SILVA, Ronegildo de Souza; AZEVEDO, Hellen Sandra Freires da; AZEVEDO, José Marlo Araújo de. Gestão da cultura organizacional no Instituto Federal: limites, desafios e rotatividade docente na Amazônia Sul Ocidental. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 39436-39458, jun. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/11978>. Acesso em: 04 ago. 2020.